

**LETICIA DE QUEIROZ RAMOS**

**EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL:  
Historiando no Processo**

**GOIÂNIA**

**2021.2**

**Letícia de Queiroz Ramos**

**EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL:  
Historiando no Processo**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antônio Evaldo Oliveira

**GOIÂNIA**

**2021.2**

**LETICIA DE QUEIROZ RAMOS**

**EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: historiando no  
processo**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Professor(a) convidado(a):

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Nota Final: \_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, \_\_\_ / \_\_\_ / 2021.2

## **DEDICATORIA**

Dedico este trabalho ao meu pai, Absai Leite Ramos, uma das vítimas fatais da COVID-19.

Ele, infelizmente não estará aqui para presenciar, mas esta etapa de um grande sonho que se concretiza na minha vida, mas este presente sempre em nossos corações. Guardo junto a mim nossos grandes momentos que hoje fazem parte da minha memória, e tenho plena certeza que lá do céu tem uma estrela que brilha que torce muito por mim.

A Deus minha dedicatória por ter me proporcionado o grande prazer de ter como meu Pai o homem do coração, mas bondoso, puro, generoso e amoroso que em toda minha existência já conheci.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter me dado força e coragem durante toda caminhada.

A todos os professores e aos colegas da Universidade Católica de Goiás, aos meus familiares em especial a minha rainha Ana Meire que tenho a maior honra em poder chama-la de mãe, aos meus irmãos Lucas e Lara que sempre acreditaram em mim e não poderia deixar aqui meu agradecimento ao meu companheiro Lucas Rodrigues que com muita paciência e sabedoria colaborou com a minha trajetória final acadêmica.

Ao meu orientador professor Antônio Evaldo Oliveira, que me auxiliou e teve presente sempre que necessitei, contribuiu com o desenvolvimento do trabalho e ajudando-me a acreditar na minha ideia um exemplo de profissional que levarei por toda minha vida ao senhor deixo aqui toda minha admiração e respeito

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1 - UM BREVE HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL – EJA.....	10
1.1 Surgimento do EJA No Brasil .....	12
1.2 Algumas Mudanças Marcantes .....	15
1.3 As Políticas e Legislações que regulam o EJA .....	16
1.4 Objetivo e Finalidade da Educação de Jovens e Adultos.....	18
CAPÍTULO 2 - CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO FREIREANO.....	21
2.1 Freire e a EJA na contemporaneidade.....	26
2.2 Os Desafios Pedagógicos do Ensino EJA.....	28
2.3 Evasão na EJA: o que motiva .....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
REFERÊNCIAS.....	33

# EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: Historiando no Processo

Leticia de Queiroz Ramos\*

Antônio Evaldo Oliveira\*\*

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma revisão da literatura sobre o ensino EJA no Brasil. Para esse estudo as produções escolhidas como objeto de investigação da pesquisa, foram ancoradas nas contribuições teórico-metodológicas quantitativas / qualitativas. A problemática da pesquisa busca responder: Quais os possíveis fatores que contribuem para a evasão da EJA nas escolas brasileiras? A coleta de dados utilizada foram os descritores: Educação de jovens e adultos; EJA; Ensino EJA no Brasil. A análise da teoria pesquisada evidência: um breve histórico do ensino EJA no Brasil; seu surgimento e mudanças marcantes; as políticas e legislação que o regulam; as concepções freireanas, bem como os possíveis fatores que contribuem para a evasão da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Diante do número limitado de artigos que enfocam a temática do ensino EJA, percebe-se que sobre este assunto ainda há um vasto campo de pesquisa e produção de conhecimento.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. EJA. Ensino EJA no Brasil. História e Processo da EJA no Brasil.

---

\* Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: leticiaqueirozramos@hotmail.com.

\*\* Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. E-mail: antonio.evaldo@uol.com.br.

## INTRODUÇÃO

Ao discutir o tema da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pode-se fazê-lo sob diferentes perspectivas. Pode-se evidenciar questões jurídicas, cognitivas, geracionais, classes sociais, gênero, raça / etnia, condições (urbanas ou rurais), contextos históricos, sociais, culturais, econômicos ou políticos nos quais os sujeitos discentes da EJA e suas trajetórias de vida estão inseridos, pensando nas especificidades e na diversidade desses assuntos.

Para as pessoas que interromperam os estudos ao fundamental e médio, ou seja, o direito de ingressarem à escola, de forma gratuita, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), e seguindo a Constituição Federal de 1988, através do art. 37, cabe ao Poder Público a garantia, a esses indivíduos, o ingresso e permanência à escola, através de ações integradas e complementares.

Refletir sobre os jovens, adultos e idosos que estudam na EJA nesta perspectiva significa considerá-los para além da dimensão cognitiva a partir da qual foram pensados ao longo do processo histórico de escolarização. Além disso, implica desconstruir uma percepção homogênea sobre quem são os alunos, superando as categorias abstratas de jovens e adultos para as quais as características sociais tem um papel social que foram convencionalizados. Assim, os alunos passam a ser compreendidos pelas situações vividas ao longo de suas vidas que produzem subjetividades, saberes e diferentes modos de existência (OLIVEIRA, 1999).

O artigo tem como objetivo apresentar uma revisão da literatura sobre a temática do Ensino EJA, demonstrando a grande importância desse tipo de ensino na formação socioeducacional do aluno, como ferramenta construtora do conhecimento e não apenas mais um método com um misto de teorias e regras que compõem o ensino aprendizagem. Mostrar que o ensino para Jovens e Adultos na EJA, deve ser contextualizado para que o aluno tire dela o máximo de experiência de vida, que aprenda a estimular novas ideias, buscando soluções para problemas e situações que envolve seu cotidiano e ajude nos desafios de seu trabalho.

As concepções educacionais que embasaram a proposta da abordagem do tema desta obra foram edificadas com uma ampla pesquisa bibliográfica referente



ao tema, permitindo que, a partir do confronto do conteúdo literário que já existe acerca do referido assunto possa a vir a esmiuçar o conteúdo ratificando a relevância do tema em pauta nesta obra.

A pesquisa exploratória foi importante para colher informações, pelo envolvimento do pesquisador no estudo, e sobretudo a reflexão sobre a realidade vivida sobre o ensino EJA no Brasil, confirmando assim a hipótese levantada.

A pesquisa busca responder a seguinte problemática: Quais os possíveis fatores que contribuem para a evasão da EJA nas escolas brasileiras? Nesse sentido, diante da diversidade dessa temática, o resultado da pesquisa possibilitará a compreensão e percepção sobre as práticas pedagógicas, ensino aprendizagem e assuntos pertinentes ao tema, apontados no decorrer do trabalho.

No capítulo I, **Um Breve Histórico da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil – EJA**, no primeiro momento abrange como surgiu o ensino EJA no Brasil, sua trajetória histórica, formação de professores e os percalços encontrados para lecionar a disciplina.

Dentro do contexto é abordado também sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/96), que veio para fortalecer a educação de jovens e adultos no país e torná-la uma política de Estado, a fim de eliminar o analfabetismo no país.

O texto ainda traz o surgimento do Programa Nacional de Integração Profissional e Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que em 2006, tornou-se um marco na história da EJA no Brasil, não só por considerar grande parcela da população que não completou ensino médio ou não tinha acesso a ela, mas também o enorme contingente de jovens e adultos pouco escolarizados que não teve acesso a treinamento, ou qualquer outra qualificação profissional.

No Segundo Capítulo, **Concepção de Educação de Jovens e Adultos no Contexto Freireano**, apresenta um levantamento teórico, no qual abrange a compreensão, acerca da concepção de Freire, bem como suas contribuições no contexto educacional, até chegar à sala de aula da escola pública brasileira.

A concepção freireana adentra no contexto do ensino EJA, a fim de incrementar a forma como esse formato é lecionado. Mediante tantas dificuldades enfrentadas, as escolas têm procurado melhorar a qualidade de ensino para o público de jovens e adultos.

Da mesma forma, os professores têm notado a sua responsabilidade na formação desses alunos e a dificuldade que esses têm de assistir as aulas. Porém, fala-se da metodologia desenvolvida por Freire e sua relativa aplicação em sala de aula, o que nortearia os professores em aplicar os conteúdos e à forma em que se daria o processo de ensino-aprendizagem.

Não se pretendeu, com esse estudo, engessar as várias formas de se abordar o ensino EJA no Brasil, elegendo um meio pedagógico como o melhor ou único. As informações que corporificam essa pesquisa perpassaram por um minucioso e criterioso estudo da teoria acadêmica consagrada, bem como de um estudo que solidificou o conhecimento depreendido e abriu novos horizontes quanto a realidade vivenciada por pessoas que se dispõem a se formar e a ensinar neste contexto de ensino.

Como conclusão, não há um desfecho pronto e acabado para aqueles que lêem como um livro ao caminharem pelos saberes contidos nesta obra. Seria imprudente pôr um ponto final ou estabelecer um caminho único para uma realidade educacional como a que se aborda nessa obra, cujos estudos e crescimento estão em constante inovação.

## **CAPÍTULO 1 - UM BREVE HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL – EJA**

EJA é um programa do governo que visa oferecer o Ensino Fundamental e Médio para pessoas que já passaram da idade escolar e que não tiveram oportunidade de estudar. É uma forma de ensino da rede pública no Brasil, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade, para as pessoas que não possuem idade escolar e oportunidade. É importante lembrar que a educação de jovens e adultos está tendo uma preocupação maior atualmente.

A iniciativa faz parte das várias pesquisas financiadas pela coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) até 2009. Os alunos do EJA são geralmente trabalhadores/as, empregados/as e desempregados/as que não tiveram acesso à cultura letrada. O que acontece é que existem grandes disparidades entre ricos e pobres.

De acordo com estudos realizados, a população pobre encontra-se em desvantagem principalmente ao se tratar de jovens e adultos. Os educadores para fazerem parte do corpo docente do EJA devem ter uma formação inicial, além de contribuírem de forma relevante para o crescimento intelectual do indivíduo, realizando o exercício de cidadania.

O resgate da trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma importante ferramenta para a análise e a compreensão da situação atual deste processo educacional. Nesse sentido, embasamos nas obras de Paulo Freire e nas atuais Políticas Públicas Nacionais e Estaduais, muito mais do que uma simples compreensão, busca-se uma reflexão acerca da educação de jovens e adultos, (VIEIRA, 2004).

Essa modalidade de ensino (EJA), na última década, vivenciou uma série de acontecimentos, de âmbito nacional, estadual e municipal, que trazem a consolidação de uma educação formal que desencadeia reflexões pedagógicas.

Pensar a educação, atualmente nos remete aos princípios Históricos da Educação, que está associada ao processo de colonização. Assim, tem-se uma educação forjada na exploração; na acumulação de povos indígenas, que tiveram suas culturas milenares corrompidas em nome da evangelização; na manutenção da ignorância dos negros por meio da coerção, uma vez eram escravizados; e da

alienação das classes populares, afônicas e renegadas a um segundo plano. De acordo com Santos (2007, p. 20), destaca que,

Em nossas origens, vemo-nos como colônia de Portugal, essencialmente voltados a atender os interesses da metrópole e saciá-los. Assim, durante mais de três séculos a exploração colonial foi à marca de nossa sociedade. [...] para atender as suas necessidades, os colonizadores portugueses exerceram seu domínio sobre indígenas e negros africanos – podendo impor a eles uma série de elementos culturais tais como língua e religião, por exemplo.

A educação, no Brasil, somente receberia novo impulso com a chegada da Família Real Portuguesa (1808), que, necessitando de educação para seus nobres, implantou novas escolas e até Faculdades. A burguesia (e até algumas classes populares) também foi favorecida com o novo Sistema Educacional.

A necessidade de domínio de conhecimento para o desenvolvimento de certas habilidades no trabalho, posto que a sociedade se tornava, cada vez mais, industrial e urbana, era evidente. Desse modo, a educação assumiria, além da função de educar para a vida, a função de desenvolver trabalhadores mais capacitados para o mercado de trabalho.

Conforme Santos (2007), muitos trabalhadores ficavam impedidos de estudar porque não havia escolas noturnas, realidade que começou a mudar em 1854, ano em que foi inaugurada a primeira escola noturna no país. Outras surgiram e em aproximadamente vinte anos mais de cem escolas estavam funcionando regularmente no país.

A expulsão dos jesuítas (1758), desorganizou o Sistema de Ensino até então existente somente no período imperial que a educação de jovens e adultos volta a ter novas iniciativas, através da abertura de escolas noturnas. Com a chegada do império busca-se uma reorganização da sociedade brasileira e para isso, entendia-se que fosse necessário que a educação atingisse a toda população, porém não eram todos que tinham o direito de frequentar as escolas, como se percebe nos artigos 4º e 5º do decreto 7.031 de 6 de setembro de 1878:

Art. 4º Os cursos noturnos das escolas urbanas começarão a funcionar desde já. Os das escolas suburbanas serão abertos quando o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império determinar, tendo em consideração as circunstâncias locais. Art. 5º Nos cursos noturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, Todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos. As matrículas serão feitas pelos Professores dos cursos em vista de guias passadas pelos respectivos

Delegados, os quais farão nelas as declarações da naturalidade, filiação, idade, profissão e residência dos matriculando, (BRASIL, 1878).

Dessa forma um ponto importante a se destacar no que diz respeito à educação de adultos no império foi à construção de escolas noturnas para aqueles que eram analfabetos, homens, maiores de 14 anos e livres, estes vistos como dependentes e incompetentes. Com o decorrer deste processo foram criadas várias campanhas entre os anos de 1940 a 1950, até o início dos anos de 1960.

### **1.1 Surgimento do EJA No Brasil**

A EJA teve início no Brasil no período colonial, por volta de 1549, e nesta época a educação era uma tarefa que ficava nas mãos da igreja e não do Estado os jesuítas ensinavam os índios a ler e escrever, para que além de servirem a igreja pudessem realizar um trabalho manual, esta educação dos jesuítas permaneceu no Brasil até o ano de 1759, época em que estes foram expulsos do país, por Marquês de Pombal. Com a expulsão a EJA no Brasil sofre uma grande ruptura, passando a servir aos interesses do Estado e não mais da igreja.

Santana (*apud* MOURA, 2003, p. 58) faz uma reflexão acerca da EJA no período colonial:

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo de pombal toda a estrutura organizacional da educação passou por um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior;

A expulsão dos jesuítas desorganizou este sistema de ensino até então existente na época. Somente no período imperial que a educação de jovens e adultos volta a ter novas iniciativas, através das escolas noturnas, como citado anteriormente nos anos 1960.

Na década de 1930, período em que a sociedade passa por transformações e processo de industrialização, o que alavanca o ensino para jovens e adultos quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país, a oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos.

Surge a Constituição de 1934 estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) que regulamenta como dever do Estado o ensino primário, integral e gratuito, inclusive para os adultos: Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos (BRASIL, 1934).

A década de 1944 foi marcada por altos índices de analfabetismo no Brasil, o que fez com que o governo criasse um fundo destinado a alfabetização da população adulta, nesta época a política tinha dois objetivos criar formar mão de obra para atender ao mercado de trabalho e formar eleitores, tendo em vista que analfabetos na época não votavam.

Em, 1967 governo cria o movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL) um programa para jovens e adultos entre 15 a 30 anos de idade que são analfabetos, mas foi extinto 1985. E, os avanços continuaram acontecendo na EJA nos anos 80 em 90 com o governo Collor a educação de adultos perde suas forças assim sendo resgatada com a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB 9.394/96), onde se declara que Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

A EJA ganha um espaço na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.393/1996), quando no ano de 2003 a educação de adultos ganha um pouco mais de destaque e é criada pelo Governo a secretaria extraordinária de erradicação do analfabetismo e o Programa Brasil Alfabetizado que trouxe a possibilidade de se ampliar a inserção da EJA no cenário das políticas públicas de Educação, outros marcos legais para a construção das Políticas Públicas para a EJA no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estendeu o direito de ensino aos cidadãos de todas as faixas etárias, estabelecendo ao Estado a necessidade de ampliação de oportunidades educacionais para aqueles que, devido à idade, não têm mais acesso à escolarização regular.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal (1988), ao abordar o dever do estado para com a Educação coloca um grande desafio aos educadores de interpretar e criar políticas para incluir os Jovens e Adultos na educação na proposta assim cabendo ao educador ser o mediador do conhecimento ou seja a ponte e Importante ressaltar que a EJA é uma modalidade de ensino que exige flexibilidade e para tanto é preciso levar em consideração as condições de vida do aluno muitas vezes o trabalhador, seu trabalho e seus interesses que por muitas vezes está estudando novamente para conseguir um trabalho melhor uma qualidade de vida melhor para si e sua família.

O parágrafo 3º do artigo 37 da LDB n. 9.394/1996; afirma que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se preferencialmente, com a educação profissional” aqui tiramos uma importância de se articular a educação de jovens e adultos ao ensino profissionalizante, pois é mais um caminho que estes adultos podem seguir essa articulação entre EJA e educação profissional assim ajudando na ascensão profissional destas pessoas que concluem a educação básica tardiamente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) vem fortalecer a educação de jovens e adultos no país e torná-la uma política de Estado, a fim de eliminar o analfabetismo no país. A LDB apresenta dois artigos que falam exclusivamente da EJA, os artigos 37 e 38. O artigo 37 da LDB apresenta a quem a EJA é destinada: Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Os Sistemas de Ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996. Art. 37).

No 1º parágrafo do artigo 37 é afirmado que cabe aos sistemas de ensino assegurar a gratuidade para jovens e adultos na escola, o que hoje acontece, porém ainda se espera que os interesses e condição de vida dos alunos seja levado mais em consideração por parte dos professores e gestão escolar. Já o § 2º refere-se ao papel do poder público de viabilizar a permanência e o acesso do trabalhador na escola, o problema aqui é como conseguir isto sem ter uma articulação com a escola e a empresa que o jovem/adulto trabalha.

Já o artigo 38 da LDB aborda a questão da idade para que os alunos possam realizar exames supletivos sendo o principal ponto a se destacar neste artigo é a diminuição de idade para realizar os exames, que era de 18 anos para o nível fundamental e passa a ser de 15 anos, e de 21 anos para o nível médio que passa a ser de 18 anos, isto facilita o acesso dos alunos a modalidade da EJA.

Sobretudo, acaba gerando um problema, pois pode acontecer de um aluno ser reprovado várias vezes na escola e acabar desistindo de frequentá-la para esperar a idade de entrar na EJA e poder realizar exames de conclusão dos níveis de ensino, isso pode acabar prejudicando a qualidade de sua escolarização.

## **1.2 Algumas Mudanças Marcantes**

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) historicamente não assumiu um lugar privilegiado nas políticas educacionais do país. Conforme apontado por Di Pierro (2010, p. 940),

[...] somos levados a acreditar na existência de um amplo consenso em torno do ser humano direito à educação, em qualquer idade, e a necessidade de educação continuada durante toda vida. No entanto, quando examinamos as políticas educacionais implementadas, nós verificamos a importância secundária da EJA frente às demais modalidades educacionais e faixas etárias.

Porém, conforme Arroyo (2007, p. 20), “[...] muito tem sido feito na tentativa de inserir o EJA nas agendas públicas, com ações voltadas para o combate ao analfabetismo ou à precariedade e inserção inicial no ensino fundamental, e mais recente no ensino médio”.

Só muito recentemente, a partir de mudanças nos setores produtivos e nas relações comerciais, as políticas educacionais têm assumido papel diferente do que historicamente assumiram. Isso se deve a vários fatores, incluindo alguns dos mais



importantes, que são o fenômeno da globalização, várias mudanças no modo de produção no país e no mundo, e as situações e cenários historicamente formados, portanto, é possível compreender que os sujeitos históricos produzem sua existência através do trabalho, e isso transforma o mundo e os indivíduos que nele habitam (ARROYO, 2007, p. 20).

O surgimento do Programa Nacional de Integração Profissional e Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em 2006, tornou-se um marco na história da EJA no Brasil, não só por considerar grande parcela da população que não completou ensino médio ou não tinha acesso a ela, mas também o enorme contingente de jovens e adultos pouco escolarizados que não teve acesso a treinamento, ou qualquer outra qualificação profissional.

Considerando que o primeiro pressuposto político da EJA é o direito à educação, ela deve ser oferecida sob diversas condições de ingresso e permanência no ambiente educacional. Também considerando novas necessidades sociais e as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, tornaram-se imperativas neste cenário da associação entre a educação de jovens e adultos e seus profissionais.

### **1.3 As Políticas e Legislações que regulam o EJA**

Ao discutir os temas da EJA, podemos fazê-lo a partir de diferentes pontos de análise. Podemos focar questões jurídicas, cognitivas, geracionais, classes sociais, gênero, raça / etnia, condições (urbanas ou rurais), contextos históricos, sociais, culturais, econômicos ou políticos nos quais os sujeitos discentes da EJA e suas trajetórias de vida estão inseridos, pensando nas especificidades e diversidade desses assuntos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), seguindo a Constituição Federal de 1988, expressa no artigo 37 a primeira base para situar quem seriam os sujeitos que comporiam as aulas da EJA:

Art. 37. A educação de jovens e adultos deve ser destinada a quem não teve acesso ou interrompeu o ensino fundamental e médio na idade adequada. § 1º Os sistemas de ensino devem proporcionar aos jovens e adultos que não puderam realizar os estudos na idade adequada, gratuitamente, oportunidades educacionais adequadas, considerando as características, interesses, condições de vida e de trabalho dos alunos, por meio de cursos e exames. § 2º O Poder Público garantirá e estimulará o acesso e a permanência dos trabalhadores na escola, por meio de ações integradas e complementares. §3. A educação de jovens e adultos deve ser

articulada preferencialmente com a educação profissional, nos termos da regulamentação (BRASIL, 1996).

Visando a integração entre três áreas do distanciamento histórico, a EJA, o ensino médio e educação profissional, regulamentada pela Portaria nº 2.0805, o Governo Brasileiro lança o Decreto nº 5.478/2005 de 24 de junho de 2005, que estabelece o programa de profissionalização e Integração da educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O Decreto 5.478/2005 foi logo substituído pelo Decreto 5.840/2006, trazendo novo título, que passa a ser o Programa de integração profissional e educação básica de jovens e adultos, gerando assim maior amplitude frente à oferta do programa. Este foi estendido a todos os sistemas públicos de ensino, pois o decreto anterior se restringia apenas as instituições de educação profissional e técnica.

Vale ressaltar que, pouco antes da publicação do Decreto 5.840 / 2006, o governo federal estabeleceu um grupo de trabalho (GT), formado por especialistas em EJA de algumas universidades, representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Fóruns de EJA, Cefet's, EAF's e escolas técnicas vinculadas a universidades federais para produção de documento base para o PROEJA que orienta sua implementação e fundamentação teórica, política, filosófica e epistemológica. O documento foi lançado em 2007. Seu principal objetivo era o fortalecimento de um modelo educacional de acesso ao EJA, (BRASIL, 2007).

Das várias limitações à implementação do programa em algumas instituições de educação profissional, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) em 2007, convida, em Brasília, o Conselho de Secretários de Educação (CONSED), conselhos de educação, comércio, sindicatos, movimentos sociais, universidades, representantes de estados e municípios, Fóruns de EJA e a rede federal de educação profissional e tecnológica para a criação de um planejamento estratégico do PROEJA como forma de fortalecer a implantação / implantação do PROEJA em todos os seus campos.

Naquela época, foi criado uma espécie de “passo a passo” com diretrizes do programa, intitulado Relatório de Planejamento Estratégico do PROEJA 2007. Tal documento foi organizado a partir do relatório estratégico de 2007, e de diversas diretrizes sobre a implantação do programa. Alguns avanços foram alcançados nas instituições, porém, um campo de tensão e conformidade ainda era real na rede

federal de profissionais e técnicos da educação, principalmente considerando o que aponta Moll (2010) ao dizer que a educação básica e EJA, é “produzir um novo epistemológico, campo pedagógico e curricular”.

#### **1.4 Objetivo e Finalidade da Educação de Jovens e Adultos**

EJA é uma modalidade de Educação Básica, e entre as prioridades educacionais está a garantia de Educação Básica para quem não teve acesso na idade esperada ou não graduado (BRASIL, 2010, p. 8), que é rerepresentado na Lei nº 9.394 / 1996 (LDB), no Artigo 37: “A Educação de Jovens e Adultos será destinada aos que não possuíam acesso ou continuidade da educação durante o ensino fundamental e médio na idade esperada”.

O fato de uma pessoa, jovem ou adulta, procurar a escola para continuar ou iniciar sua educação já mostra uma mudança em suas ideias sobre seu status social, vendo a educação como oportunidade de mudança de situação financeira e social.

De acordo com Freire (1992, p. 41), a busca desse público pela escola deriva de um desejo de decodificar, lendo e escrevendo, mas ele interpela que este evento, como consequência, desperta pensamento crítico. Nessa perspectiva, a escola deve estar disposta a buscar estratégia para auxiliar no desenvolvimento dos alunos em todas as áreas do conhecimento, propostas através de classes atraentes e diversificadas.

Desse ponto de vista, Gadotti (2009, p. 17) argumenta que a educação se faz necessária para a sobrevivência de toda pessoa. Isso se torna mais importante ainda nos dias atuais, com uma sociedade baseada no conhecimento. Nesse contexto, o aluno do formato de ensino EJA possui um conhecimento muito mais amplo do que aquele do formato regular.

Portanto, a interação do professor dentro da sala de aula fará com que o aluno se sinta parte do processo de construção do conhecimento. Ela se constrói dentro de suas especificidades, com um público diversificado, rico em conhecimentos e de diferentes culturas e classes sociais, inclusive indígenas, negros e brancos, evangélicos e católicos, entre outros, todos eles compartilhando um objetivo, buscando identificar-se e permanecer em um espaço que, para muitos, não fazia parte de sua rotina, ou seja, a sala de aula.

A Educação de Jovens e Adultos tem papel fundamental no contexto histórico-social, na construção da vida dos alunos, considerando o papel transformador da educação, porque quanto mais contato os alunos têm com a alfabetização, mais eles se tornam independentes e críticos.

Portanto, é responsabilidade do professor selecionar e organizar aulas que estimulem a prática do pensamento crítico, para que os alunos possam ter percepções individuais. Desenvolver a criticidade nos alunos da EJA é empoderá-los como cidadãos com direitos, um papel fundamental das escolas e principalmente dos professores, pois para transformar esses estudantes em seres políticos, no verdadeiro sentido da expressão, é libertá-los das amarras historicamente criadas por uma classe dominante.

Arroyo (2002), defende que esse é o processo educacional para o qual a burguesia e o Estado reagem, tentando negar, fragmentar, confundir. Estratégias para a formação da consciência deve ser considerada pelos profissionais da educação, a fim de orientar o aluno nessa direção, além de contribuir para sua permanência no ambiente escolar.

Nas últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos tem tido uma atenção nacional e internacional, porque, para erradicar o analfabetismo, a formação de professores, bem como a formação continuada, precisa ser melhor examinada. Com isso em mente, a Declaração de Hamburgo (UNESCO, 1999, p. 20), afirma que:

[...] A perspectiva de aprender ao longo da vida exige, por sua vez, complementaridade e continuidade. A contribuição da Educação de Adultos e a Educação Continuada é de suma importância para a criação de uma sociedade tolerante e educada, para o desenvolvimento socioeconômico, para a erradicação do analfabetismo, para a diminuição da pobreza e para a preservação do meio ambiente.

Percebe-se que o conhecimento trazido pelo aluno da EJA pode se tornar um ponto chave no processo de aprendizagem, embora a boa didática do professor é um fator fundamental para que não haja evasão nas escolas.

A maioria dos alunos do ensino EJA, já chegam às escolas cansados. Muitos deles trabalham, por isso as aulas deveriam ser mais atraentes, interessantes. A tecnologia é uma excelente ferramenta para otimizar essas aulas, embora muitas escolas não ofereçam isso. Diante dessa situação, existe grande preocupação por parte dos professores da educação continuada, uma vez que somente por meio de

uma formação adequada os professores podem socializar seus conhecimentos com os alunos de forma diferenciada.

De acordo com Arroyo (2002), isso acontece porque o direito à educação, os avanços das classes trabalhadoras na construção de conhecimento, cultura e identidade de classe ainda são sistematicamente negados e reprimidos. Com a aquisição de conhecimentos promovida pela educação, o aluno passará a ser autossuficiente em seus próprios pensamentos, questionando o que lhes é imposto, com ampla visão das questões sociais, além do desejo de atingir níveis mais elevados.

A formação profissional é indiscutível quando se trata de diversas possibilidades no processo de aprendizagem para oferecer a quem busca essa modalidade de ensino, e é preciso estar preparado para trabalhar com Educação de Jovens e Adultos. Portanto, faz-se necessária a formação e a qualificação de todos os profissionais, sempre com o objetivo de ampliar seus conhecimentos na área escolhida.

A partir do que já foi apresentado é possível destacar que a Constituição de 1988, torna a educação uma obrigação básica do Estado e direito de todos os cidadãos inclusive a quem não teve acesso a ela na idade certa, porém ainda de forma muito aberta, por isso a LDB vem para preencher esta falha da constituição em relação a educação de adultos, deixando claro que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas.

Dessa forma, apoiado na constituição, LDB e outras leis, a Educação escolar passa a ser também um direito de jovens e adultos que não puderam, por variadas circunstâncias, estudar na idade certa. Torna-se também uma obrigação do Estado ofertar a EJA e uma luta constante que irei adentra, mas profundo no meu trabalho de conclusão de curso.

## **CAPÍTULO 2 - CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO FREIREANO**

A educação tem sido estudada, ao longo dos anos, sobre diversas óticas, por diversos autores, mas Paulo Freire teve sua participação em especial em 1947 foi contratado para dirigir o departamento de educação e cultura do Sesi, onde entrou em contato com a alfabetização de jovens e adultos, (FREIRE, 1989).

O referido autor vivenciou a Educação de Jovens e Adultos de forma especial, pois não foi somente professor dessa modalidade de ensino, foi também um dos alunos integrantes desse tipo de educação. Essas experiências permitiram a esse teórico analisar os tipos de métodos utilizados para o público de jovens e adultos, fazendo assim com que Paulo Freire desenvolvesse o seu tão famoso método.

Este trabalho tem como ponto de vista abordar o que é realmente e significativo para a educação de jovens e adultos. Paulo Freire, grande estudioso do ensino para jovens e adultos apresenta a prática educacional como algo capaz de transformar a realidade vivida pelo educando e, por conseguinte, do educador. Do ponto de vista de Freire (2002), a educação:

É um ato de conhecimento em que os sujeitos atuam sobre o objeto do conhecimento, mediatizados pela realidade que estão inseridos. Ou seja, trata-se de uma 'situação gnosiológica', em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos, (FREIRE, 2002, p. 68).

Está presente nesta concepção que o educador e o educando tem uma atitude de conhecimento que os coloca na mesma posição. Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa (FREIRE, 2002). Tal entendimento, parte do pressuposto que o ser humano é finito e inacabado. Portanto, não está plenamente educado para atuar sobre os outros. Há diferenças entre os seres em relação ao processo de manutenção. Daí que eles estão sempre em condições de aprender e ser mais. Desse modo, Freire criou um método, mas uma teoria da educação, uma pedagogia, e o que se denomina como seu "método de alfabetização", é na verdade apenas uma das estâncias em que essa teoria, essa pedagogia se traduzem em uma prática.

Aqui, a educação tem um papel fundamental. Por meio dela, o ser humano deverá perceber a realidade de forma objetiva, refletindo sobre os seus condicionamentos que são, em última instância, frutos de ação sobre ela. É preciso, pois, que todo homem se perceba como ser histórico como aquele que modifica a realidade. Para desempenhar tal tarefa, a educação precisa ser verdadeiramente, um ato de conhecimento, isto é, uma situação de sujeitos que atuam sobre o mundo, confrontando-se com ele. Nesse sentido, o ato de conhecer implica em tornar consciente do mundo em que vive enquanto o educando tem que participar ativamente do seu processo de ensino-aprendizagem este tem que estar consciente que sua participação é de extrema importância para a descoberta de novos conhecimentos.

Com relação à metodologia utilizada pelo professor, observa-se que esta tem se caracterizado pela predominância de atividades transmissoras de conhecimentos, com pouco ou nenhum espaço para a discussão e a análise crítica dos conteúdos. O aluno sob essa situação tem se mostrado mais passivo do que ativo e, por decorrência, seu pensamento criativo tem sido mais bloqueado do que estimulado, (VEIGA, 2002, p. 42).

Mediante tantas dificuldades enfrentadas, as escolas têm procurado melhorar a qualidade de ensino para o público de jovens e adultos. Paulatinamente, o corpo docente tem notado a sua responsabilidade na formação desses alunos e a dificuldade que esses têm de assistir as aulas. Porém, fala-se da metodologia desenvolvida por Freire e sua relativa aplicação em sala de aula, o que nortearia os professores em aplicar os conteúdos e à forma em que se daria o processo de ensino-aprendizagem.

Comparando a ação do Estado na atualidade, com as ações de décadas passadas, pode-se afirmar que o mesmo ocorreu de forma lenta e pouco significativa em relação ao papel do poder público, na educação do país. A omissão que era criticada por Paulo Freire, ainda é apontada por uma variedade considerável de profissionais que, ligados ou não a educação, conseguem desenvolver um olhar crítico, relacionado ao sistema educacional. O Estado por mais que procure melhorias na educação do EJA não procura averiguar se o ensino dado aos alunos é de qualidade. Não há uma cobrança real de resultados que justifique investimento nessa área. Contudo, o que ainda conta para o Estado é a quantidade de pessoas inseridas nas salas de aula e não a importância do conteúdo dado e a metodologia aplicada, para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma eficaz.

O corpo docente tem que procurar ampliar seus conhecimentos concernentes a Educação de Jovens e Adultos, buscando uma modalidade que possa ser mais adequada a esse público, utilizando-se de instrumentos que viabilizem o sucesso no processo de ensino-aprendizagem. A forma com que essa modalidade de educação vem sendo aplicada nas salas de aula, não tem sido válida, devido à falta de preparo das aulas com valor significativo para os alunos pois se deve levar em conta varios aspectos importante nao somente aquilo que se e rotulado, e este trabalho tem a finalidade de discuri sobre este assunto ao qual

O professor tem o papel fundamental de empenhar-se, para que o ensino dedicado aos seus alunos tenha qualidade e significado para suas vidas. Uma preparação adequada de exercícios, os quais não sejam complexos ao extremo ou infantilizado, auxiliam positivamente o processo de ensino-aprendizagem dos educandos jovens e adultos.

O trabalho de motivação feito pelo professor tem que se dar de forma contínua, para que o interesse do aluno em ampliar e adquirir conhecimentos permaneça, e este não venha a sentir-se impotente mediante qualquer dificuldade que outrora venha a aparecer.

Entretanto, é importante que o professor venha utilizar uma metodologia adequada, através da qual o processo de ensino-aprendizagem flua de maneira satisfatória. 'Método Paulo Freire' não é simplesmente um método qualquer. É um instrumento de mediação da educação, na qual esta se dá de forma mútua, não existindo o detentor do saber. A cultura da sociedade em que o educando está inserido é respeitada, como também os seus conhecimentos prévios são considerados onde devemos levar em consideração.

Paulo Freire nos ensinou que "é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática", (FREIRE, 2011, p. 61). Foi assim que o patrono da educação brasileira construiu sua trajetória de vida. Pensou e fez uso de uma pedagogia pautada na emancipação dos oprimidos, em que os sujeitos tomassem consciência de suas condições como explorados e, a partir de então, fizessem uma leitura crítica da realidade para assim galgar mudanças.

Essa condição de opressão leva à alienação das camadas populares. Ressalta-se que no processo educacional essa condição não se limita aos



estudantes, que estão institucionalmente como aprendizes, mas faz parte também da realidade de muitos educadores e educadoras.

Conforme expõe Rego (2019),

Se formos fazer uma pesquisa, boca a boca que seja, com professores das mais variadas disciplinas e escolas, certamente quase que 100% deles e delas dirão que não são conservadores e nem atuam de forma conservadora em sala de aula. Apontarão ainda, de pronto, iniciativas de cunho 'progressistas', com atividades isoladas, medianamente progressistas e minimamente democráticas. Mas se formos verificar, no cotidiano, suas ações e atuações em sala de aula e o modo com que se relacionam com suas turmas atestaremos o quanto de conservadorismo, de hierarquização existem em suas condutas. Isto porque há uma série de fatores para contribuir com uma educação engessada, que por vezes não depende muito só da atuação dos professores, mas que, em alguns casos, estas são tão vítimas quanto os alunos tornando-se reféns deste tipo de prática educativa, (REGO, 2019, p. 153).

Crítico da “educação bancária”, Freire propõe a pedagogia problematizadora e conscientizadora pela qual nos educamos em comunhão. Tendo fé no ser humano e em sua mudança, desenvolvendo uma esperança ativa que proporcione a criação de processos formativos que culminem em uma conscientização dos sujeitos, Paulo Freire declara: “ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser” (FREIRE, 2011, p. 105).

No tocante às ações e discussões junto à formação de professores, o educador, no período em que esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, idealizou em sua proposta político-pedagógica

Um dos programas prioritários em que estou profundamente empenhado é o de formação permanente dos educadores, por entender que os educadores necessitam de uma prática político-pedagógica séria e competente que responda à nova fisionomia da escola que se busca construir, (FREIRE, 1991, p. 80).

Freire ganhou expressão no Brasil no final da década de 1950 e início dos anos 1960. Dentre as ações do educador, a que mais se destacou foi a experiência de alfabetização de adultos que coordenou em Angicos, Rio Grande do Norte, em 1962. O processo contra o analfabetismo no país, com a experiência de Angicos, passou a ter uma nova identidade, destacando-se a dimensão política como fundamento da função epistemológica da educação e constituindo um passo importante para a construção democrática e cidadã do brasileiro.

Angicos foi a fermentação de um processo de mudança pedagógica mais vasta e mais profunda, além de anunciar também a possibilidade de mudanças políticas e sociais também de ampla cobertura e de profundidades abissais no Brasil e na América Latina. Na turbulência social da época, em que a alfabetização de adultos aparecia como pré-condição para o desenvolvimento social, político e econômico, Angicos foi a voz dos nordestinos clamando por justiça social, por solidariedade, por democracia. Assim, por mais paradoxo que pareça, Angicos supera Angicos. Angicos foi um projeto de cultura popular que imaginou e concebeu um projeto nacional de educação para uma sociedade democrática com justiça social (INSTITUTO PAULO FREIRE, 2013).

Com o advento dessa potente experiência, Freire é chamado, no ano de 1963, para coordenar o Programa Nacional de Educação no Ministério da Educação. Contudo, com o golpe empresarial-militar de 1964, todas as suas ações são censuradas. Acusado de subversão, o educador foi preso e exilado por mais de 15 anos.

A partir de então, o intelectual brasileiro inicia sua peregrinação, se tornando um cidadão do mundo. Esteve em países da América Latina, África, Europa e nos Estados Unidos.

Freire, de formação acadêmica em Direito e de prática religiosa católica, foi considerado uma ameaça para o governo militar devido à busca incessante no processo de emancipação humana, sobretudo dos subalternizados. Tinha a educação como a principal ferramenta nesse processo e a indubitável certeza de que a educação é política. Nesse contexto,

O discurso de Paulo Freire, por ter um forte engajamento político e social, buscou despertar no povo uma ação transformadora a partir do conhecimento formal, através da escrita e da leitura. A grande contribuição do educador foi tratar o ensino como um fato de linguagem, como circunstância política, aliando conhecimento à consciência cidadã, (REIS, 2012, p. 20).

Durante o período em que esteve no exílio, as ações voltadas para a educação de adultos no Brasil tiveram caráter meramente de ensinar a leitura e a escrita, desprezando toda concepção política e social imbricada no processo educacional. A principal política editada pelo então grupo dirigente foi o método MOBRAL, implementado em 1967 por Tarso Dutra, que buscava diminuir a taxa de analfabetismo no país. Uma proposta totalmente enraizada numa concepção “bancária” de educação que já nasceu fadada ao fracasso e assim se deu.

Foi no período em que esteve fora do país e após seu retorno em 1980 que Freire construiu sua maior produção intelectual, destacando-se a obra Pedagogia do

Oprimido como a terceira bibliografia mais citada no mundo no campo das ciências humanas e sociais. Já no Brasil, após período de exílio, esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, conforme citado anteriormente, onde pautou seu trabalho na busca da valorização da profissão docente, enfatizando o processo de formação continuada.

O educador recifense nos deixou em 1997, mas seu legado continua presente e necessário, sendo agraciado com 48 títulos de doutorados honoris causa, o que condiz com tamanha relevância para uma educação humanizadora até a atualidade, fazendo com que o educador seja alvo de ações de grupos conservadores que trabalham em favor da manutenção da opressão e exploração dos subalternizados.

## **2.1 Freire e a EJA na contemporaneidade**

Por mais que a educação pública brasileira venha construindo um movimento em busca de universalização, tem-se ainda hoje um número considerável de sujeitos que não concluíram o percurso da educação básica, bem como não conseguiu zerar a taxa de analfabetismo.

Segundo dados de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade da população com idade a partir de 25 anos não concluiu a educação básica. Um percentual de 51,2% dessa população, que representa 69,5 milhões de jovens e adultos. Tal realidade fica ainda mais crítica ao verificarmos que apenas 4,5% de pessoas jovens conseguiram chegar ao ensino médio (IBGE, 2020).

No que tange ao percentual de analfabetismo no país, segundo a mesma pesquisa do IBGE (2020), em 2019 atingimos a marca de 6,8%, ou seja, 11 milhões de brasileiros e brasileiras de 15 anos ou mais, de acordo com critérios do Instituto. Reduzir essa taxa está entre as metas do PNE/2014, que estabelece as diretrizes para melhora da educação no país até 2024. Pelo Plano, em 2015, o Brasil deveria ter 6,5% de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais, e em 2024 essa taxa deverá ser nula.

Os rumos que vêm sendo tomados no campo das políticas educacionais, pautados em reformas gerenciais, com total inclinação aos moldes neoliberais, nos quais a principal preocupação dos gestores é o alcance de metas predeterminadas pelos organismos supranacionais, como Banco Mundial, entre outros, nos levam a

uma hipótese do não alcance da meta tocante ao analfabetismo em 2024. Além disso, há também a não proposição de uma política de EJA pautada nos moldes freireanos que fomente uma ampla ação voltada para a educação desses sujeitos que não concluíram a educação básica no tempo considerado socialmente como o adequado.

Ter um intelectual engajado em uma produção tão rica voltada para a educação de jovens e adultos trabalhadores é um privilégio para a adoção de políticas públicas nessa área. No país, há diversos estudiosos de Freire, contudo, o caminho adotado pela gestão à frente do Ministério da Educação vem no sentido contrário. Com o advento da eleição do atual presidente, Jair Bolsonaro, em 2018, e com a onda reacionária que fomentou sua eleição, Paulo Freire é atacado constantemente. Tentaram até mesmo cassar seu título de patrono da Educação.

Nesse sentido, ao compreender que a EJA tem seu lugar instituído na sociedade de classes, Paulo Freire é necessário e atual ao se pensar uma educação emancipadora, ao formular sua concepção de fé nos homens e no diálogo, pois

O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. Esta possibilidade, porém, em lugar de matar no homem dialógico a sua fé nos homens, aparece a ele, pelo contrário, como um desafio ao qual tem de responder. Está convencido de que este poder de fazer e transformar, mesmo que negado em situações concretas, tende a renascer. Pode renascer. Pode construir-se. Não gratuitamente, mas na e pela luta por sua libertação, (FREIRE, 1977, p. 96).

Segundo Gadotti e Romão (2008), fala-se em educação assistemática, não-formal e extra-escolar, pois são termos que valorizam o “o sistema, o formal e o escolar”. A educação não formal é concebida como “complementar de”, “supletiva de”, que não tem valor de si mesma, sendo menos do que a educação formal. (GADOTTI; ROMÃO, 2008, p. 29).

Sendo assim, em um período histórico no qual a EJA sofre diversas tentativas de desescolarização, seja por meio dos processos de certificação crescentes, seja da sua vinculação a uma oferta a distância excludente, através, por exemplo, da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), fomentada pela Reforma do Ensino Médio que traz a possibilidade de os sistemas educativos oferecerem na EJA/EM “até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do

currículo” (BRASIL, 2018, p. 10), temos que (re) ler obras como Pedagogia da Esperança para que possamos colocar em prática, como nos traz o educador, uma pedagogia libertadora em um contexto marcadamente desigual e opressor.

Com isso, enquanto educadores comprometidos com a mudança social, por uma educação com e para a criticidade, deve-se guiar pela formulação da práxis elaborada por Freire, pois “enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica”, (FREIRE, 1992, p. 5).

Destarte, através da crescente desigualdade social, fomentada, sobretudo, pelo desemprego e por práticas de exploração cada vez mais fincadas em formas de subemprego, esta obra do educador brasileiro remete a um reencontro com a “Pedagogia do Oprimido”, pois

é um livro assim, escrito com raiva, com amor, sem o que não há esperança. Uma defesa da tolerância, que não se confunde com a convivência, da radicalidade; uma crítica ao sectarismo, uma compreensão da pós-modernidade progressista e uma recusa à conservadora, neoliberal, (FREIRE, 1992, p. 6).

A relação de Paulo Freire com a EJA está circunscrita à luta com os oprimidos. Esse movimento ainda continua, hoje com 100 anos de vida. Não restando outra saída em busca de um desenvolvimento nacional, sem que se tenha como guia uma emancipação popular, uma leitura crítica do mundo, para a conscientização e civilização.

## **2.2 Os Desafios Pedagógicos do Ensino EJA**

Mesmo com toda a evolução do Direito que amenizou a forma como a EJA tem sido abordada, chegamos ao século 21 com problemas de anos atrás. As aulas deveriam ser mais atraentes e interessantes, pois os alunos já chegam na escola cansados, muitos deles trabalham. A tecnologia deveria ser usada para transformar essas aulas em aulas mais dinâmicas, (FERNANDES, 2013).

Dessa forma, é preciso treinamentos necessários para que os professores possam atuar com a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que somente por meio de uma formação adequada os professores podem socializar seus conhecimentos com os alunos de forma diferenciada.

De acordo com Arroyo (2002, p. 78), isso acontece porque:

[...] o direito à educação, os avanços das classes trabalhadoras na construção de conhecimento, cultura e identidade de classe ainda são sistematicamente negados, reprimidos e, embora possível, não estruturados, por ser radicalmente antagônico ao movimento do capital.

Com a aquisição de conhecimentos promovida pela educação, o aluno passará a ser autossuficiente em seus próprios pensamentos, questionando o que lhe é imposto, com ampla visão das questões sociais, além do desejo de atingir níveis mais elevados, arriscando a estabilidade da pirâmide social.

A formação profissional é indiscutível, quando se trata de diversas possibilidades, no processo de aprendizagem para oferecer a quem busca essa modalidade de ensino, e é preciso estar preparada para trabalhar com Educação de Jovens e Adultos. Machado (2010, p. 115) considera que:

O desafio pedagógico de reconhecer nossa intransponível incompletude, conflita com a lógica acadêmica, que nos convence de uma falsa ideia da verdade que pode ser capturada e bloqueada em um curso, um treinamento, ou como, infelizmente, muitas pessoas ainda se referem a ele, um curso de reciclagem.

O referido autor discute a formação de profissionais da educação, sendo necessário treinamento e qualificação para todos os profissionais, sempre visando expandir seus conhecimentos na área escolhida.

### **2.3 Evasão na EJA: o que motiva**

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de conquista social, mas a evasão tem contribuído para o esvaziamento das salas de aula da escola. A evasão escolar é um dos maiores obstáculos no desenvolvimento do estudante jovem ou adulto, que é levado a abandonar a escola devido a diferentes fatores, ambos internos e externo à escola, (NOGUEIRA, 2012).

Este problema deve ser tratado com seriedade, para que os futuros grupos de estudantes ou mesmo o próprio programa de educação de jovens e adultos não seja cancelado por falta de alunos e/ou projetos que almejam a garantia de permanência na instituição educacional, (MACHADO, 2010).

Nogueira (2012), acrescenta que o problema da evasão na Juventude e a educação de adultos não é local ou regional, mas um problema nacional e histórico. Perguntamos a alunos e profissionais da educação sobre os motivos pelos quais os

alunos abandonam a EJA. Segundo os profissionais da educação entrevistados, os motivos são: Falta de segurança; Localização da escola; Gestão escolar; Professores; Falta de projetos; O interesse dos alunos em permanecer no ambiente escolar; Empregos; Gravidez; e Falta de interesse dos alunos.

Um dos principais motivos de esvaziamento das salas é a localização da escola. Ademais, os locais mais distantes do centro da cidade recebem, conseqüentemente, menos atenção da administração pública e atendimento ao público de menor renda. Isso, adicionado ao público pobre, à iluminação e falta de policiamento, resultando em aumento da criminalidade.

Um estudo de Santos (2012), demonstra que a falta de segurança é um fator agravante que contribui diretamente para os alunos a abandonarem a escola, devido à sua localização na periferia, longe dos olhos de administração pública, incidência de roubos relatado pelos alunos, nas proximidades e a falta de iluminação pública contribui para esses crimes.

Santos (2012, p. 102) conclui ainda que “a exclusão escolar é acentuada na raiz da exclusão social marcada pela contradição de classes em um modelo econômico igualmente desigual”.

Para Rocha (2011),

As práticas de educação originaram-se no seio da sociedade civil, nas ‘lacunas’ do sistema educacional brasileiro. As principais características das ações governamentais para a EJA no século 20 foram as políticas assistenciais, populistas e compensatórias. (ROCHA, 2011, p. 24).

Entre tantas questões sociais que de alguma forma interferem ou impedem os alunos da EJA de adquirir educação, quando procuram instituições de ensino de sua própria vontade, a fim de aprimorar seus conhecimentos, o mínimo que poderia ser oferecido a eles é a qualidade na educação, visando os níveis mais elevados de conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos analisados e relacionados com a temática do ensino EJA no Brasil, demonstrou-se resultados importantíssimos relativos ao ensino aprendizagem, do ensino contextualizado, práticas pedagógicas, concepção freireana, bem como a importância da permanência do aluno da EJA no ambiente escolar, (FREIRE, 1996).

Ressalta-se que a contextualização deve ser planejada e sistematizada de forma que o ensino não se restrinja a uma dimensão utilitarista (FORGER, 2005). Foi observado que os estudos que enfocam a compreensão das disciplinas da EJA ainda são poucos quando comparados a outros temas relacionados a esse tipo de ensino. Assim, entende-se que ainda há um campo de investigação a ser explorado por pesquisadores da área.

No decorrer da pesquisa foi identificado que associar os conteúdos abordados em sala de aula com a realidade do estudante, ou seja, a contextualização, contribui para o melhor entendimento dos alunos em relação aos conteúdos, e possibilita que estes alunos vivenciem efetivamente as aulas ministradas, resultando em uma aprendizagem mais efetiva.

Com base em correntes teóricas que embasaram essa produção, acredita-se que o ensino EJA, considerando suas especificidades, pressupõe os pensamentos freireanos, que contribuem com a valorização e reconhecimento dos saberes da vida dos alunos e torna sua conscientização possível, com base em objetos de sua própria realidade. Esses dados permitem afirmar que a produção sobre as disciplinas da EJA é interdisciplinar. Na interface com outras áreas, torna-se um referencial teórico sobre os alunos da EJA.

Foi verificado também que a falta de propostas curriculares, bem como a necessidade de uma melhor capacitação de professores para essa modalidade de ensino, contribui para o esvaziamento das salas de aula. A evasão escolar é um dos maiores obstáculos no desenvolvimento do aluno jovem ou adulto, que é levado a abandonar a escola devido a diferentes fatores, tanto interno, quanto externo.

Este problema deve ser tratado com seriedade, para que o futuro dos estudantes ou mesmo o próprio programa de educação de jovens e adultos não seja cancelado por falta de alunos e/ou projetos que almejam a garantia de permanência



na instituição de ensino, já que a incidência de evasão na idade jovem e adulta é um problema nacional e histórico.

Futuras investigações poderão esclarecer algumas inconsistências observadas nos resultados dos estudos, seja campo do conhecimento, em estudos de particularidades, trajetórias escolares, demandas e processos de aprendizagem e representações em que concernem aos alunos da EJA.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Sala de aula ou o lugar da veiculação do discurso dos oprimidos**. São Paulo: Editora Papyrus, 1999.

ARENDET, H. **Entre el pasado e o futuro**. Barcelona: Península, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Conteúdos da humana docência**. In.: *Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BALSANELLI, A. P. **Aprendizagem de jovens e adultos**: a aprendizagem a seu tempo. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/134.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

BECK, U. **La sociedade del Riesgo**. Barcelona: Paidós, 1998.

BERLIN, I. **El fuste torcido de la humanidad**. Capítulos de história de las ideias, Barcelona: Península, 1998.

BORDO, S. **O Corpo e a reprodução de feminidade**. Rio de Janeiro: Edição Rosa dos Tempos, 1989.

BRASIL. **Artigo 150 da constituição federal de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616954/artigo-150-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>. Acesso em: 01 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 7031-A, de 6 de setembro de 1878**. Crêa cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do sexo masculino do municipio da Côrte. Rio de Janeiro: Palácio, 1878. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso em: 01 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) >. Acesso em: 12 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Planejamento Estratégico do PROEJA 2007**. De Programa a Política Pública. Brasília: MEC/SETEC/DPI, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/planejamento>. Acesso em 14 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Texto compilado 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 01 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 3**, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: DF, 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622). Acesso em: 06 nov. 2021.

CARVALHOSA, Susana. **Prevenção da violência e do bullying em contexto escolar**. Campinas: Climepsi Editora, 2010.

DIAS, Irene de Oliveira. **Bullying submerso**: religião e etnicidade na escola. Goiânia: Fonte Editora, 2015.

DI PIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, 2010.

FERNANDES. R. F. **Causas de evasão da educação básica na percepção de alunos da educação de jovens e adultos**. Brasília: UnB, 2013.

FERREIRA, Maria José do Amaral. **A Mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação: São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENO, José Sacristán. **Educação no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua 2019**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/commediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **50 anos da Revolução Freiriana na educação**. 2013. Disponível em: <http://angicos50anos.paulofreire.org/> Acesso em: 07 nov. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, M. M. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília, DF: Secadi: Unesco, 2008.

MACHADO, M. V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: uma leitura crítica. **Psico. Cienc.**, v. 30, n. 2, 2010.

MARTINS, Gilberto. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, M.C.S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 1993.

MOLL, J. PROEJA e democratização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 131-138.

MORAIS, Regis de. **Educação-filosofia**. Campinas: Editora Papirus, 1988.

MOURA. T. M. M. **A Prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. Maceió, 2001.

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

MOURA, D. H.; HENRIQUE, A.L.S. História do PROEJA: entre desafios e possibilidades. In: BARACHO, Maria das Graças; SILVA, Amélia Cristina Reis.

**Formação de educadores para o PROEJA:** intervir para integrar. Natal: Editora do CEFETRN, 2007.

NOGUEIRA, A. A. S. **Educação de jovens e adultos na cidade de Natal:** uma reflexão sobre insucesso e sucesso. 2012. 68 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, p. 59-73, set./out./nov./dez., 1999.

REGO, N. R. P. **Subalternizados-mambembes-insurgentes:** práticas-investigativas-transformadoras e a educação popular como perspectivas de transform-AÇÃO. 2019. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgedu/TesePPGEduNoeliaRodrigues.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

REIS, P. J. F. M. **Paulo Freire:** análise de uma história de vida. 2012. 198f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2012. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/mestletras/PRINCIPAL/Pollyanna.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

ROCHA, Fernando José Rodrigues da. **A Educação para o Século XXI.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

ROCHA, W. M. **Educação de jovens e adultos e a evasão escolar:** o caso do Instituto Federal do Ceará, campus de Fortaleza. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

RODRIGUES, Cristiane. **Violência nas escolas públicas.** <http://www.googleacademico/portaleducação.com.br-ano de 2011/2012>. Acesso em: 12 set. 2021.

RUIZ, Joao Olavo. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*. 2007, p. 20.

SANTOS, V. P. **Educação de jovens e adultos:** um estudo sobre trajetórias escolares interrompidas. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2012.

UNESCO. **Educação:** um tesouro a descobrir, relatório para a Unesco. 1999. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por). Acesso em: 01 nov. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. 14 ed. Campinas: Papirus, 2002.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.